

ATA DE REUNIÃO
25ª Reunião do Grupo de Trabalho de Turismo Náutico
12 de novembro de 2014
Brasília-DF

1. Identificação da Reunião

Data da Reunião: 12/11/2014	Horário: 09h30 às 17h30	Local: Sala de reuniões do 11º andar – Shopping ID
Coordenador-Técnico do GT Náutico: Cristiano Borges		Telefone: (61) 2023-8144
Ordem do dia: <ul style="list-style-type: none">✓ Informes gerais<ul style="list-style-type: none">○ Boas-vindas ao GTT-Náutico do ES○ Portaria de Designação de Membros do GTT-Náutico○ Publicação do <i>Vade Mecum</i>○ Pauta para a próxima reunião: regimento interno.✓ Recomendações sobre acessibilidade em instalações portuárias (ANTAQ)✓ Principais desafios para implantação da indústria de charter em águas brasileiras (BR Marinas)✓ Deliberação acerca da criação/situação de três subgrupos✓ Participação do Brasil em eventos internacionais (EMBRATUR)✓ Sugestão de ações para resoluções de entraves no segmento (Layer Company)✓ Transporte turístico terrestre em terminais de cruzeiros marítimos (BrasilCruise)✓ Atualização da Lei 11.771/08 (MTur)✓ Proposição de agenda de reuniões para 2015		

2. Identificação do Documento

Relator do Documento: Gabryelle Siqueira	Data de Preparação: 17/11/2014
---	---------------------------------------

3. Participantes da Reunião

Representantes dos órgãos: MTur (CGED, DIETU, DFPIT, ASCOM), EMBRATUR, Brasilcruise, Anepe, ANTAQ, ANVISA, Clia Abremar, FNTTA, GTT-Náutico-ES, GTT-Náutico-SC, GTT-Náutico PR, Instituto de Marinas do Brasil, Marinha do Brasil, MMA, MPA, SEP, SPU, SEMAR, SEBRAE.
Convidados externos: Layer Company, Associação Brasileira de Superiates (ABRASSI) e Marina Porto Veleiro.

4. Síntese da Reunião

A abertura da reunião foi realizada às 9h50 pelo Coordenador-Geral de Estruturação de Destinos, Cristiano Borges, que justificou a ausência do Secretário Vinicius Lummertz e do Diretor de Produtos e Destinos para a abertura, solicitou a apresentação dos membros

e dos convidados ali presentes. Em seguida, explanou brevemente sobre os assuntos propostos para a reunião e apresentou o novo componente do grupo, o GTT - Náutico do Espírito Santo. Comunicou, também, que a Portaria de Designação de Membros ainda não havia sido publicada, uma vez que estava aguardando o retorno por parte de um dos membros, mas que tal publicação seria feita com a maior brevidade possível. Na sequência, informou que parte das apresentações feitas no GTT-Náutico em 2013 e em 2014 deram origem à publicação “Resoluções e Normativas Federais Relativas ao Turismo Náutico: *vade mecum*”, uma demanda do segmento de Turismo Náutico, disponível em www.turismo.gov.br.

Aberto o plenário às considerações dos demais membros do GTT-Náutico, Salomar Mafaldo (MMA) relatou que havia acontecido na semana anterior, a Jornada de Gerenciamento Costeiro e Planejamento Espacial Marinho, evento que discutiu sobre a ocupação ordenada do espaço costeiro e uso ordenado de seus recursos naturais. Aproveitou para agradecer a presença de alguns membros do GTT-Náutico no evento e para comentar que se tratou de uma troca de experiências bastante rica que englobou o III Seminário Internacional sobre o Sistema de Modelagem Costeira; o Seminário Nacional de Gerenciamento Costeiro; a 50ª Sessão Ordinária do GI-GERCO (Grupo Interministerial de Gerenciamento Costeiro), coordenado pelo MMA e a Marinha do Brasil; e o Seminário Internacional sobre Planejamento Integrado do Espaço Marinho, com participação de palestrantes de diversos países como Uruguai, Suécia, Dinamarca, Portugal, Alemanha, entre outros. Comunicou que está disponível na internet o hot site da Jornada GERCO, com as apresentações e materiais para *download*. Carlos Eduardo Bueno (Brasilcruise) sugeriu que esses eventos tenham mais foco regional, pois são muitas as dificuldades e sua discussão em âmbito local poderia facilitar os trabalhos. O Sr. Klaus Peters (SEMAR) comentou que participou da semana da Jornada de Eventos de Gerenciamento Costeiro e percebeu que as experiências internacionais apresentadas tinham em comum a indução do planejamento pelas demandas setoriais. Fez, também, um apelo para que o setor do turismo se faça mais presente nesses momentos, pois entende o turismo como a única atividade que pode conviver pacificamente com todas as outras atividades (defesa, óleo e gás, pesca, etc.) e justamente por ter essa característica acaba sendo a “ponta fraca da equação”. Falou, ainda, que o setor do turismo tem que se fazer mais presente não só no processo de zoneamento marinho como também no GI-GERCO. Ele sugeriu que se não for possível que o MTur esteja presente por motivos de agenda, que o GTT-Náutico represente o setor.

Terminados os informes e considerações iniciou-se a apresentação da ANTAQ pelo Sr. José Esteves Rabello, sobre Acessibilidade em Instalações Portuárias, contendo leis, decretos e marcos legais sobre a questão e ilustrações de transporte terrestres que precisam ser adaptados para pessoas com deficiência e/ou mobilidade reduzida nas instalações portuárias. Ele fez menção à presença de barreiras e obstáculos que dificultam a locomoção dessas pessoas, o que, muitas vezes, impede os passeios em família. Tratou, sobre as normas da ABNT, sinalização e mobiliário apropriados, inclusão de conteúdos temáticos, guias, fiscalização, localização do sanitário, refeitório e afins. Finalizada a apresentação, o Sr. Sérgio Oliveira (ANTAQ) fez um complemento à apresentação do Sr. José Esteves e citou o normativo nº 2240 que trata das instalações portuárias dentro do “porto organizado”, norma que se encontra em revisão, em audiência pública.

Já Cristiano Borges (MTur) fez menção ao Programa de Turismo Acessível, do MTur, que contempla ações de capacitação e de infraestrutura, tendo sido investidos 123 milhões

de reais em infraestrutura pelo Programa, que possui, ainda, um *site* pelo qual os turistas podem avaliar os empreendimentos e qualquer atrativo turístico quanto à acessibilidade: www.turismoacessivel.gov.br. O Sr. Luiz Claudius (SEBRAE) indagou se as empresas possuem algum tipo de retorno com essa avaliação que é disponível no site do Programa Turismo Acessível, o Sr. Cristiano esclareceu que elas recebem o retorno, podendo visualizar onde necessitam melhorias. Cláudio do Amaral (Inst. Marinas do Brasil) pronunciou-se afirmando que o problema da acessibilidade não é na obra, pois a obra pode ser adaptada, mas sim nos equipamentos, no exterior já existem equipamentos apropriados para pessoas com deficiência e que deveriam ser trazidos para o Brasil.

Passou-se a palavra para o Sr. Klaus Peters (SEMAR) que introduziu a pauta seguinte planejada para o período da manhã. Lembrou que essa pauta já havia sido trazida ao Grupo na reunião anterior e que, pela sua importância, seria abordada agora de uma forma mais específica. Ele comentou que o grande desafio do setor é o de inserir o Brasil no cenário náutico mundial, pois o país tem potencial para ser um destino náutico e citou o caso da Turquia, já apresentado na reunião passada, país com semelhanças com o nosso, que em 30 anos avançou significativamente no mercado e atualmente está mais bem preparado que o Brasil no setor. Apresentou o Sr. Fabrizio Limena, Presidente da Associação Brasileira de Superiates - Abrassi, responsável por apresentar os desafios para incluir o Brasil no circuito internacional de Charters. O Sr. Fabrizio, iniciou sua apresentação explicando que a Abrassi é uma associação de profissionais da indústria náutica do segmento de grande porte, em seguida falou sobre as diferenças entre os charters tripulado e não tripulado e o que são os superiates. Em seguida abordou-se a situação do mercado mundial de charter, o mercado mundial de superiates e qual a participação do Brasil nele. Mostrou, ainda, a dinâmica de movimentação das embarcações de charter e o custo de oportunidade para o Brasil. A Sra. Karen Sitta (SEBRAE) indagou-o sobre quem é responsável pelo gerenciamento desses charters, aos que o Sr. Fabrizio respondeu serem várias empresas as responsáveis por diferentes áreas (empresas de gerenciamento dos tripulantes, dos seguros, empresas responsáveis pela manutenção, agências de tripulantes, agências de treinamentos, marinas, designers, pintores, empresas de assessórios, etc.). Em seguida explicou como funciona o processo de admissão temporária, o processo de aquisição de vistos para os tripulantes e o checkpoint de imigração. Apresentou alguns barcos que estiveram no Brasil recentemente e os custos de se fazer um charter aqui no País. Finalizou explicando a dinâmica do que se precisa fazer para essa indústria crescer e como trazer os barcos para o Brasil. O Sr. Klaus Peters (SEMAR) ressaltou que muita gente estava trazendo barco para o Brasil alegando ser para charter e não estava operando com o mesmo e o Sr. Fabrizio complementou que a grande barreira para a indústria é a legislação tributária. E sugeriu como pauta para o próximo ano a revisão dessa tributação, pois toda a cadeia náutica ganharia com isso. Citou, também, outro ponto importante que é a troca de tripulantes por barco, devido ao tempo de visto. Esclareceu que o Ministério do Trabalho e Emprego exige que 25% dos tripulantes sejam brasileiros depois de 30 dias de operação, porém, na prática, isso não funciona para os iates pois não existem profissionais qualificados para substituir os estrangeiros. Por fim, o Sr. Carlos Eduardo Bueno (Brasilcruise) apontou que uma capacitação de profissionais para trabalhar nessa indústria não é visada pois a Marinha não tem a capacidade de capacitar marinheiros. O Sr. José Válido Conceição (FNTTAA) interveio com a proposta de se abrir um diálogo com as entidades representativas pois existe um Sindicato disponível para embarque no Rio de Janeiro aberto para todo o Brasil onde é possível trabalhar na qualificação desses profissionais.

O Sr. Cristiano Borges (MTur) deu continuidade à reunião, esclarecendo que a pauta seguinte rezava sobre a constituição de três subgrupos já definidos em reuniões anteriores: o primeiro subgrupo seria o responsável pela Análise da Redução das Atividades das Indústrias de Cruzeiros Marítimos, sugerido na 23ª reunião, e solicitou aos presentes considerações e informações acerca desse grupo já adiantando que se fosse necessário trabalhar com esses subgrupos o ideal seria criar uma agenda específica para que suas atividades possam ser acompanhadas. Passou-se, então, a palavra ao Sr. Klaus Peters (SEMAR) que relatou que a criação desse subgrupo é importante pois o setor vem enfrentando uma radical queda nos índices e a ideia seria levar a discussão de temas para uma pauta exclusiva, como por exemplo: praticagem, tributação, questão portuária, entre outras. Comentou, ainda, que levou cópias de um estudo encomendado para a FGV que fala um pouco dessa redução que poderia disponibilizar aos demais membros. O Sr. Carlos Eduardo Bueno (Brasilcruise) lembrou que a criação do subgrupo já havia sido acordada, só faltava definir a sua composição e agenda, ou seja definir sua operacionalização. E citou quais integrantes que fariam parte dele: Abremar, Brasilcruise, SEP, Marinha ANTAQ e SPU. Em seguida o Sr. Cristiano pergunta se dentre os presentes haveria mais alguém interessado em participar do subgrupo além da sugestão de inclusão dos GTs Estaduais onde houvesse atracação de cruzeiros marítimos e do CNIg. Não havendo nenhuma manifestação, sugeriu que o grupo se reunisse posteriormente, elaborasse sua agenda e definisse seus componentes para que se possa dar continuidade à pauta.

O segundo subgrupo definido foi o de Linhas de Financiamento pra Novos Projetos, Reformas e Ampliação de Marinas e/ou Estruturas Náuticas. Após sugestão do Sr. Eduardo Golin (MTur/DFPIT) de inclusão de bancos públicos e Ministério da Integração nas discussões, os membros votaram e concordaram com a criação do Subgrupo com a participação das seguintes entidades presentes à reunião: MTur (DFPIT), Sebrae, Instituto de Marinas do Brasil, GTT-SC, SEMAR, Brasilcruise, e as seguintes entidades a serem convocadas posteriormente em reuniões específicas, Ministério da Integração, BNDES, CAIXA, Banco do Brasil, Banco do Nordeste, Banco da Amazônia. Foi proposto e aceito que o terceiro subgrupo Matriz de Problemas e Soluções para os Portos Brasileiros fosse englobado pelo no primeiro subgrupo, pois são assuntos que podem ser tratados em conjunto.

A pauta seguinte foi apresentada pela Sra. Delma Andrade, da Embratur, que apresentou proposta de participação do Brasil em eventos internacionais em 2015. Comentou que a Embratur está em processo de planejamento para o próximo ano. Ela explicou que a Embratur trabalha em eventos de forma segmentada, justamente pela capacidade operacional que o Brasil tem para trabalhar a questão. Nos últimos anos a Embratur tem utilizado as seguintes ferramentas de promoção do segmento náutico: participação em eventos segmentados (feiras), eventos sociais, chamados “vivências brasileiras”, press trips e produziram material promocional dentro do segmento náutico. Mostrou, ainda, que houve uma queda no trabalho de promoção do segmento náutico. Explicou que foi realizado um estudo preliminar de como está o segmento náutico para a promoção internacional, comentou possuir pouco conhecimento sobre a oferta de destinos para a promoção internacional e demanda do setor. Por fim, solicitou uma maior articulação entre o setor público e o setor privado.

O Sr. Cristiano finalizou a primeira parte da reunião propondo a seguinte agenda para 2015: 04 de fevereiro, 06 de maio, 05 de agosto e 04 de novembro. A mesma foi acatada pelos presentes.

Retomada a reunião, o Sr. José Carlos Oliveira pediu alguns minutos para apresentar o GTT-Náutico do Espírito Santo, sua origem e seus componentes. Ele comentou que sua composição é pequena, porém ágil e permite a participação de qualquer instituição pública e privada. Finalizou com a distribuição de um folder sobre o estado e destacou a importância da troca de experiência entre os GTs estaduais.

Encaminhou-se, então, a palavra ao Sr. Fernando Bonini (Layer Company), que abordou alguns entraves existentes no turismo náutico e possíveis soluções para eles. O convidado esclareceu que Layer Company é uma empresa responsável principalmente pela inovação do mercado náutico e falou sobre suas experiências com o segmento. Disse ser necessário criar normas, regras e caminhos para mostrar como funciona uma marina, as premissas fundamentais para se instituir uma organização náutica. Falou da necessidade de linhas de fomento para o setor e elogiou a iniciativa de criação de um subgrupo para discussão do tema. Outro entrave frequente é de acidentes do setor náutico, a sugestão é que haja a capacitação e qualificação dos profissionais que trabalham nesse ramo e sugeriu também materiais disponíveis para analistas com toda informação do que pode ser feito e do que não pode ser feito. Ao todo, foram expostas seis premissas para minimizar entraves do turismo Náutico. O Sr. Cristiano esclareceu que várias dessas ideias já haviam sido levantadas pelo grupo em oportunidades anteriores e que as ideias era evoluções a partir dessas exposições anteriores. O Sr. Péricles (Marinha) questionou a proposta feita por Fernando de criação de uma nova carteira de habilitação e o Sr. Fernando respondeu que para a prática do turismo náutico é importante que o responsável tenha outro tipo de capacitação voltado para o setor de turismo, com uma nova categoria de habilitação. A Sra. Karen Sitta (SEBRAE) indagou de que forma as demandas seriam trabalhadas dentro do GTT-Náutico e perguntou sobre a possibilidade de criação de NBRs. O Sr. Fernando respondeu que as NBRs não existem, que são poucas as normas efetivas para o mercado, explicando existir uma legislação adaptada ao setor. Ele defendeu a ideia de criação de uma legislação própria. O Sr. Fernando disse que uma NBR poderia trazer, por exemplo, os tipos de cais que são utilizados para determinadas embarcações, que tipo de tripulante se adequa a cada embarcação, o tipo de ancoragem, etc. Cristiano Borges complementou que as NBRs poderiam ser uma evolução dos manuais que estão sendo elaborados pelo subgrupo criado no GTT-Náutico, mas que, de toda forma, seria um assunto para um segundo momento. A Sra. Rosângela Castro (GTT-SC) relatou a dificuldade encontrada pelo governo de resolver as questões do setor. Comentou que não se chega a uma definição sobre a política do setor porque o setor envolve múltiplos atores. E que se faz necessário um alinhamento entre os setores para que se evolua na discussão.

Antes de avançar para a próxima pauta o Sr. Carlos Eduardo Bueno (BrasilCruise) fez a colocação de que compete ao Ministério do Turismo cobrar as leis vigentes sobre o Turismo Náutico e a Lei Geral do Turismo e que o assunto da próxima pauta, Transporte Turístico Terrestre em Terminais de Cruzeiros Marítimos, teria um alto impacto. Deu início, assim, à sua apresentação, expondo fotos de transportes irregulares e defendendo a fiscalização por parte do MTur. O Sr. Jair Galvão (MTur) contestou que o MTur tem a consciência da fragilidade de fiscalização, afirmou ser um ponto que precisa evoluir bastante e também destacou a importância da compreensão de todos quanto à complexidade da fiscalização. Revelou que chegou a ser agendado um curso de capacitação para servidores públicos para agentes fiscais, mas que a proposta não foi

adiante. Ainda ressaltou que uma possível fiscalização teria interface com vários órgãos que já exercem funções na fiscalização. O advogado da Brasilcruise solicitou que o MTur enviasse para o Denatran uma notificação sobre o cadastramento dos veículos emplacados. Foi citado que a ANTT só pode regular transporte interestadual e que é necessária uma ação conjugada entre o órgão federal e Denatran.

Na sequência, o Sr. Jair Galvão (MTur) tratou da atualização da Lei Geral do Turismo, nº 11.771/08, que, em sua visão, deixou muitas brechas e fragilidades sobre o processo de fiscalização. Justificou, assim, a necessidade de revisão da lei para minimizar os gargalos e para fazer frente às inovações propostas para o turismo, os novos tipos de modalidades, serviços e etc. Esclareceu que foi apresentada no Conselho Nacional uma proposta de revisão da Lei e pediu a contribuição dos membros do GTT-Náutico no sentido de sugerir adequações à Lei.

Aproximando-se do fim da reunião, foram destacados os encaminhamentos a seguir e passou-se, finalmente, a palavra para o Secretário Nacional de Políticas de Turismo, Vinicius Lummertz que comentou brevemente sobre o processo de transição do governo e sobre as áreas temáticas que o PNT propõe que sejam trabalhadas, dentre as quais o ambiente de negócios Orla, que podem ser trabalhadas juntamente com as mudanças que o turismo pode trazer para o Brasil, além dos investimentos no turismo náutico.

5. Encaminhamentos

Nº	Encaminhamento	Responsáveis	Prazo
1	Agenda proposta para as reuniões do GTT-Náutico em 2015: 4 de fevereiro; 6 de maio; 5 de agosto; 4 de novembro.	Coordenação do GTT-Náutico	
2	Definição do subgrupo: <i>Manuais de Operação e Construção de Estruturas Náuticas</i> <u>Justificativa:</u> o setor carece de informações organizadas sobre “Padrões Mínimos para Construção de Estruturas Náuticas” e “Orientações Ambientais e Sanitárias para Operação dessas estruturas náuticas”. <u>Produto:</u> Manual(is) de Operação e Construção de Estruturas Náuticas	Abreamar, Brasilcruise, ANTAQ, MMA, ANPTur, Instituto de Marinas do Brasil, Anvisa	-
3	Definição do subgrupo: <i>Redução das Atividades de Cruzeiros Marítimos no Brasil e Construção de Matriz de Problemas e Possíveis Soluções para os Portos Brasileiros</i> <u>Justificativa:</u> o setor vem enfrentando uma radical queda nos índices, fazendo-se necessário discutir alguns temas (ex: praticagem, tributação, questão	Abreamar, Brasilcruise, SEP, Marinha, ANTAQ, SPU, Conselho Nacional de Imigração e GTs Estaduais.	-

	portuária), além de propor regulamentações para o setor de cruzeiros marítimos. <u>Produto:</u> Matriz de Problemas e Soluções para os Portos Brasileiros		
4	Definição do subgrupo: <i>Linhas de Financiamento pra Novos Projetos, Reformas e Ampliação de Marinas e/ou Estruturas Náuticas</i> <u>Justificativa:</u> necessidade de discutir e propor linhas de financiamento para reformas de estruturas náuticas.	DFPIT (MTur), Sebrae, Instituto de Marinas do Brasil, GT-SC, SEMAR, Brasilcruise, Ministério da Integração e Bancos Públicos.	-
5	Enviar Lei do Turismo aos membros do GTT-Náutico para contribuições do GTT-Náutico.	Coordenação do GTT-Náutico	Imediata
6	Enviar mailing do GTT-Náutico a todos os membros.	Coordenação do GTT-Náutico	Imediata
7	Participar mais ativamente de reuniões sobre o gerenciamento costeiro	MTur	-
8	Proposta pauta para próximas reuniões: legislação tributária	GTT-Náutico	
9	Definição de pautas para 2015	GTT-Náutico	26ª reunião